EDITORIAL

É com imensa satisfação que apresentamos a quarta edição da revista eletrônica Animus Liber, reafirmando nosso compromisso com a divulgação da pesquisa e da extensão universitária na Universidade Federal Fluminense (UFF).

O presente volume reúne os resumos expandidos apresentados no IV Colóquio Celebrativo da Constituição Brasileira de 1988, organizado pelo Grupo de Estudos em Direito Constitucional (GEDCON). O evento promoveu reflexões sobre os limites e os impactos da inteligência artificial no âmbito dos direitos fundamentais, abordando questões relevantes para o Direito Constitucional e para a sociedade contemporânea.

A expansão da inteligência artificial tem provocado transformações significativas nas relações sociais, políticas e institucionais, suscitando novos questionamentos acerca da proteção dos direitos fundamentais e da preservação dos valores que sustentam o Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre os limites éticos, jurídicos e constitucionais da utilização dessas tecnologias, bem como sobre os desafios impostos às instituições responsáveis pela garantia dos direitos e das liberdades individuais e coletivas.

É nesse cenário que se inserem os nove resumos expandidos apresentados no 4º Colóquio Celebrativo da Constituição Brasileira de 1988: Limites e Impactos da Inteligência Artificial no Plano dos Direitos Fundamentais, evento de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Volta Redonda, realizado em 7 de outubro de 2026, sob a coordenação dos professores doutores Ana Alice De Carli e Marco Aurélio L. Casamasso e organizado pelo Grupo de Estudos em Direito Constitucional (GEDCON/UFF). A iniciativa proporcionou um espaço de reflexão acadêmica sobre as relações entre inovação tecnológica, constitucionalismo e tutela dos direitos fundamentais.

Os trabalhos reunidos nesta publicação abordam diferentes dimensões dessa problemática. Entre os temas discutidos, destacam-se a regulamentação da inteligência artificial nas eleições e a preservação do princípio republicano; a soberania tecnológica brasileira e seus reflexos sobre os direitos fundamentais; os impactos da inteligência artificial na liberdade de expressão e no direito à informação; e os desafios constitucionais decorrentes da incorporação de sistemas algorítmicos à Administração Pública. Em conjunto, essas pesquisas evidenciam a necessidade de examinar criticamente as formas pelas quais a tecnologia influencia o exercício do poder, a formação da vontade popular e o funcionamento das instituições democráticas.

A proteção de dados pessoais também ocupa lugar relevante nas discussões, especialmente diante da crescente utilização de plataformas de inteligência artificial e das exigências estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Paralelamente, as reflexões sobre os mecanismos de participação política destacam as possibilidades e limitações das ferramentas digitais para o exercício da cidadania, questionando se a ampliação do acesso aos ambientes virtuais é suficiente para assegurar uma participação democrática efetiva e qualificada.

EDITORIAL

A coletânea contempla, ainda, perspectivas críticas acerca do Estado de Direito na era da inteligência artificial, com atenção aos desafios enfrentados pelo Sul Global na formulação de políticas públicas e na construção de modelos de governança tecnológica. Somam-se a essas discussões as análises sobre os limites constitucionais das deepfakes, sobretudo diante da proteção dos direitos fundamentais à imagem e à honra, e sobre a utilização da inteligência artificial no Poder Judiciário, considerando seus riscos, impactos e implicações para as garantias fundamentais.

Embora partam de objetos distintos, os estudos convergem para uma preocupação comum: assegurar que o desenvolvimento tecnológico não se sobreponha à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à igualdade e aos demais valores constitucionais. A inteligência artificial oferece possibilidades relevantes de inovação e aprimoramento das atividades humanas e institucionais, mas sua utilização também exige transparência, responsabilização, controle democrático e mecanismos efetivos de proteção contra violações de direitos.

Nesse sentido, os trabalhos reunidos ressaltam a importância de uma abordagem jurídica capaz de acompanhar as transformações tecnológicas sem perder de vista os fundamentos do constitucionalismo democrático. Mais do que buscar respostas definitivas para questões ainda em desenvolvimento, as pesquisas contribuem para ampliar o debate acadêmico sobre os limites da atuação tecnológica e sobre a responsabilidade do Estado, das instituições e dos agentes privados na construção de um ambiente digital compatível com as garantias constitucionais.

Ao reunir essas contribuições, a Animus Liber reafirma seu compromisso com a divulgação do conhecimento científico e com o incentivo à pesquisa e à reflexão crítica no campo jurídico. A publicação dos trabalhos oriundos do Colóquio representa uma oportunidade de aproximar a produção acadêmica dos desafios concretos da sociedade contemporânea, estimulando o diálogo entre diferentes perspectivas e a construção coletiva do conhecimento.

Que as reflexões apresentadas nesta edição contribuam para o aprofundamento das discussões sobre inteligência artificial, democracia e direitos fundamentais, fortalecendo o compromisso com uma sociedade em que o progresso tecnológico esteja permanentemente associado à proteção da dignidade humana e à efetividade dos princípios consagrados na Constituição Federal de 1988.